

**CAPITAL INTELECTUAL:
a gestão do conhecimento na promoção da competitividade das organizações
modernas.**

Christiane Carvalho Veloso¹

RESUMO

O investimento em Capital Intelectual se tornou um facilitador competitivo organizacional, influenciando, assim, nos resultados positivos da organização. Dessa maneira, o objetivo geral desta pesquisa é analisar a relevância do patrimônio intelectual como diferencial para a consolidação da atuação da empresa no mercado, definindo conceitos, benefícios e estratégias para melhor utilização dessa ferramenta, além de enfatizar a contabilização do Capital Intelectual e as alternativas mais viáveis para incorporação desse ativo nos relatórios contábeis. O trabalho tem como problema central a delimitação da importância do Capital Intelectual na promoção da competitividade das organizações, abordando maneiras pelas quais o investimento nesse ativo possa impactar positivamente os resultados das organizações modernas. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica realizada por meio do levantamento de diversas fontes e autores, de maneira a permitir o aprofundamento do estudo do investimento em Capital Intelectual na impulsão da competitividade organizacional.

1 Mestre em Gestão pelo ISG - Instituto Superior de Gestão em Portugal. MBA em Gestão e Planejamento Estratégico pela Uninter. MBA Empresarial em Contabilidade: A Nova Visão Contábil pela Uninter. Professora na Graduação e Pós-Graduação dos Cursos de Ciências Contábeis e áreas afins. Professora do Curso de Contábeis da Faculdade do Piauí - FAPI (Assupero), Professora Substituta do Curso de Ciências Contábeis da Universidade Estadual do Piauí - UESPI. Professora do Curso de Contábeis da FAESPI. e-mail: prof.chriscarvalho@hotmail.com

Constatou-se que será uma aposta assertiva das empresas investirem em ativo intelectual proporcionando consequências positivas para as organizações.

PALAVRAS-CHAVE: CAPITAL INTELECTUAL. COMPETITIVIDADE. ORGANIZAÇÕES MODERNAS.

INTRODUÇÃO

A evolução da Contabilidade permitiu que outras formas de patrimônio fossem arraigadas às organizações, adequando-as às evoluções mercadológicas. Em virtude disso, muito além dos bens tangíveis, que podem ser vistos e tocados, há o potencial crescimento do investimento em outras formas de bens, que também possam trazer melhoramentos às empresas, como exemplo disso o investimento em Capital Intelectual.

Em mundo globalizado, no qual há constantes mudanças e inovações tecnológicas, o investimento no conhecimento se tornou uma ferramenta primordial para fortalecer a competitividade das empresas. O mercado atual exige cada vez mais o investimento em pessoal e mão de obra qualificada, ou seja, o ser humano é o principal bem que a empresa possui, pois é através dele que a empresa alcança suas metas e objetivos. Por meio do incremento intelectual e/ou motivacional na empresa, que o capital humano, tão importante e necessário, amplia seu potencial para trabalhar em prol do crescimento desta no mercado.

O Investimento em Capital Intelectual fornece à organização grandes benefícios, pois otimiza seus resultados a curto e longo prazo, através do aprimoramento da capacidade de raciocínio e de suas habilidades. Atrelado a estas percepções, pode-se inferir que o capital humano possui fundamental relevância na prospecção de

resultados positivos para a empresa, já que este é o responsável e está diretamente ligado à prosperidade e desenvolvimento da entidade.

Em virtude do crescimento da competitividade, as empresas tendem a buscar as melhores maneiras para diferenciar seu produto e/ou serviço, assim sendo, o investimento na capacitação e no conhecimento de funcionários agrega valor ao serviço oferecido, fazendo deste seu diferencial no mercado, favorecendo o retorno financeiro esperado por seus dirigentes. Em observância a esses quesitos, este trabalho tem como objetivo geral analisar a relevância do patrimônio intelectual como diferencial para a consolidação da atuação da empresa no mercado, definindo conceitos, benefícios e estratégias para melhor utilização dessa ferramenta, além de enfatizar a contabilização do Capital Intelectual e as alternativas mais viáveis para incorporação desse ativo nos relatórios contábeis. O trabalho tem como problema central: qual a importância do capital intelectual na promoção da competitividade das organizações modernas?

O aumento da competitividade empresarial trouxe consigo a necessidade de investimento permanente no capital intelectual. A partir dessa ação a organização sofisticou seu recurso humano, ferramenta essencial na busca pela excelência num mercado cada vez mais exigente. Nesse sentido analisar esse ativo no contexto empresarial torna-se relevante já que encaminha a entidade para o seu fortalecimento em todos os âmbitos.

A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizada por meio do levantamento de diversas fontes e autores, de maneira a permitir o aprofundamento do estudo do investimento em Capital Intelectual na impulsão da competitividade organizacional.

O trabalho está dividido em seis seções, sendo que na primeira apresenta-se em linhas gerais os temas capital intelectual e competitividade nas organizações. Na segunda seção versa sobre o conceito do Conhecimento e sua relação direta com a formação do Capital Intelectual. Já a terceira seção volta-se para o enfoque contábil do

Capital Intelectual e faz considerações acerca do seu reconhecimento, além de tratar dos métodos sugestivos de mensuração mais utilizados por diversos autores, destacando, assim, as principais técnicas para aferir e evidenciar o conhecimento nas organizações. A quarta seção apresenta a metodologia empregada e a quinta elucida sobre a participação do ativo intelectual na impulsão da competitividade das organizações no atual cenário econômico. Já a sexta seção, apresenta-se as considerações finais acerca do trabalho.

1 O VALOR DO CONHECIMENTO E A FORMAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL

Desde a Grécia, Sócrates, grande filósofo grego, se preocupava com a construção e o uso do conhecimento, quando deixou uma das mais célebres frases da humanidade: conhece-te a ti mesmo, porque sendo conhecedor da própria personalidade, o indivíduo tem mais controle sobre as situações que surgem ao longo de sua vida, pois possui conhecimento acumulado e esse conhecimento é procurado pelo indivíduo em sua mente, lançado para fora para ser administrado e a partir desse momento, onde realmente atua como gestor do conhecimento, consegue lidar com as contrariedades e amadurece perante as novas situações enfrentadas.

Paiva (1999, p. 93) traduz que o conhecimento passou a representar um importante diferencial competitivo, para as empresas que sabem adquiri-lo, mantê-lo e utilizá-lo de forma eficiente e eficaz. Esse conhecimento passou a gerar o Capital Intelectual que, às vezes, é bem mais importante que o Capital Econômico ou Capital Monetário.

Segundo ainda Nonaka e Takeushi (1997, p. 62), para se tornar uma “empresa que gera conhecimento” a organização deve completar uma “espiral do conhecimento”, exposta na figura a seguir:



Figura 1 - Espiral do conhecimento

Fonte: NONAKA, I. & TAKEUCHI, H., (1997)

A espiral do conhecimento simboliza o fluxo do conhecimento a partir de quatro variáveis: a primeira variável é a Socialização ocorre quando há o compartilhamento do conhecimento e ideias por meio de observação ou da imitação. A Internalização: ocorre quando o novo conhecimento é transmitido entre os funcionários desta com o intuito de internalizá-lo e agregá-lo na organização. Já a Externalização ocorre quando há a conversão do conhecimento tácito em explícito, por meio da comunicação mútua; e a Combinação: advém da padronização ou combinação de duas formas de conhecimento explícito. Existem casos de Capital Intelectual (CI) que valem a pena ser observados, tais como o *Facebook*, *Google*, *Apple* e o *Skype*. Como essas organizações fazem para utilizar o Capital Intelectual para criar valor? O sucesso dessas empresas leva a uma reflexão sobre a importância do Capital Intelectual nas organizações.

O Capital Intelectual (CI), por sua vez, tenta através de indicadores identificar e medir o seu valor. A mensuração do Capital Intelectual é importante para as economias, no entanto, torna-se muito difícil de efetivar, não só pelas dúvidas nos padrões a utilizar como também no elevado grau de subjetividade que estes podem apresentar.

Feito um apanhado de vários autores sobre a segmentação do CI, foram elencadas, na figura a seguir, as principais classificações do Capital Intelectual:

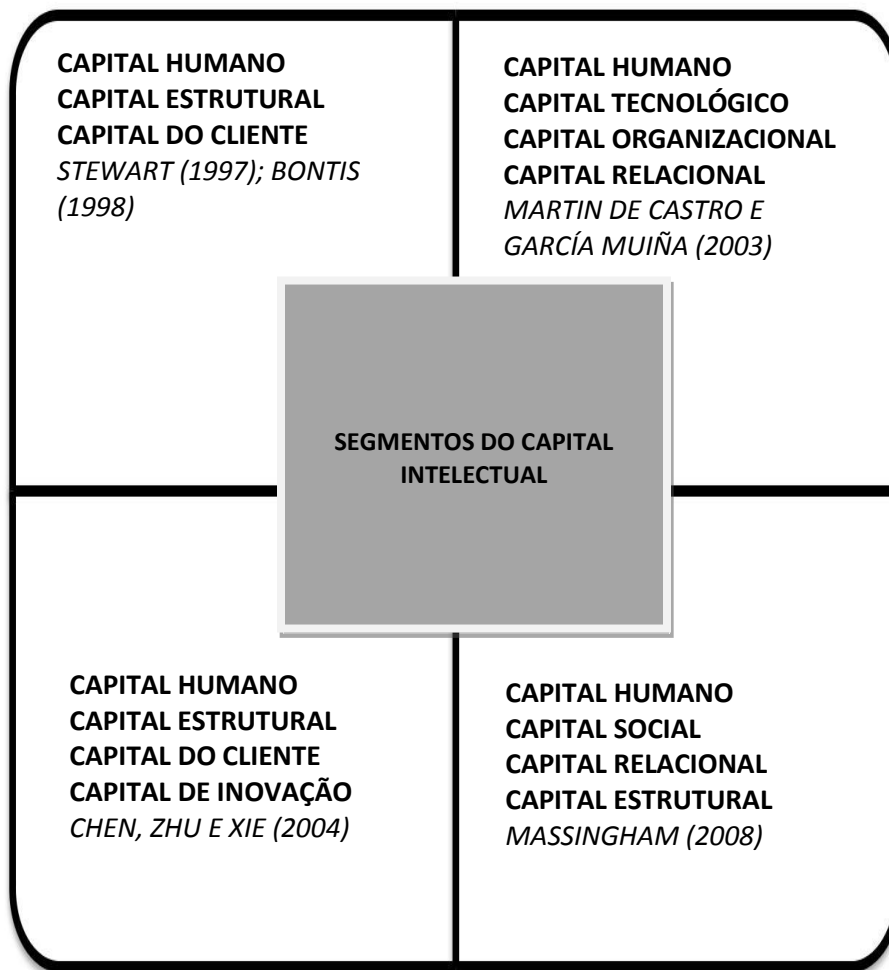


Figura 2: Estruturação de Capital Intelectual

Fonte: adaptado MACHADO (2014).

Em observância a figura acima, é notório a repetida classificação do CI em capital humano, estrutural, relacional e do cliente. Segundo Stewart (1998, p. 145), a

análise dos desmembramentos do CI gera vários princípios acerca de seu gerenciamento que se revelam fundamentais para acentuar a competitividade organizacional:

- As empresas não possuem o capital humano e do cliente; elas compartilham a propriedade desses ativos, no caso do capital humano, com seus funcionários; e, no caso do capital do cliente ou relacional, com fornecedores, clientes, acionistas e pessoas que estejam envolvidas com a organização interna e externamente. Somente reconhecendo essa propriedade compartilhada é que uma empresa pode gerenciar e lucrar com esses ativos;
- Para criar capital humano que possa utilizar, uma empresa precisa estimular o trabalho em equipe, comunidades de prática e outras formas sociais de aprendizado. O talento individual é ótimo, mas vai embora depois do expediente. As “estrelas” da empresa precisam ser gerenciadas como os negócios de alto risco que são. As equipes interdisciplinares captam, formalizam e capitalizam o talento, pois ele passa a ser compartilhado e menos dependente de qualquer indivíduo. Mesmo quando os membros do grupo vão embora, o conhecimento permanece. Se a equipe fornece o local de aprendizagem, será maior beneficiária da aprendizagem no campo, mesmo que alguma ideia “vaze” para outras empresas;
- Para gerenciar e desenvolver o capital humano, as empresas devem reconhecer que alguns funcionários não são ativos: a riqueza organizacional é criada em torno de habilidades e talentos que são (1) proprietários, no sentido de que ninguém faz melhor do que eles e (2) estratégicos, no sentido de que o trabalho que fazem criam o valor pelo qual os clientes pagam. As pessoas com tais talentos são ativos nos quais investir. As demais são custos a serem minimizados, até onde interessa o negócio;

- O capital estrutural é o ativo intangível que as empresas possuem completamente; é, portanto, o que os gerentes podem controlar com maior facilidade. Paradoxalmente, no entanto, é o que menos importa para o cliente;
- O capital estrutural serve a dois propósitos: Acumular estoques de conhecimento que sustentem o trabalho que os clientes valorizam e acelerar o fluxo de informação dentro da organização. Os fabricantes aprenderam que estoques just-in-time são melhores do que armazéns repletos de mercadorias; o mesmo acontece com o conhecimento. Aquilo que você precisa deve estar prontamente disponível; o que deve precisar deve ser fácil de conseguir;
- Informação e conhecimento podem e devem substituir os ativos financeiros e físicos; toda empresa deve examinar seus gastos de capital e perguntar: será que fatores intangíveis de baixo custo podem fazer o trabalho de ativos físicos caros? Os segmentos do Capital Intelectual trabalham juntos. Não basta investir em pessoas, sistemas e clientes separadamente. O trabalho em conjunto desses segmentos é que garante valor à organização.

Esses princípios revelam a interligação de todos os segmentos do Capital Intelectual. Eles fazem um apanhado de todas as características que mais se destacam em cada tipo de CI, considerando suas utilizações no crescimento do valor agregado da organização.

1 O CAPITAL INTELECTUAL E A CONTABILIDADE

A palavra tangível tem origem que remonta ao grego *tango* significando tocar. Se opondo ao termo e aplicando-o a contabilidade, temos que “os ativos intangíveis são

bens incorpóreos ou imateriais e de suma importância para as organizações na geração de benefícios econômicos, principalmente nos tempos atuais”. (LAGIOIA, 2011, p. 72).

Na legislação brasileira, houve duas alterações bastante significativas em relação ao ativo intangível : a primeira veio com a publicação no Diário Oficial da União (DOU) da *Lei nº 11.638/2007* que, entre outras coisas, introduziu o subgrupo Intangível no Balanço Patrimonial das entidades, originalmente classificado no grupo Ativo Permanente do mesmo Balanço Patrimonial. A segunda alteração se deu por meio da *Medida Provisória nº 449/2008 (Convertida na Lei nº 11.941/2009)*, que veio, até certo ponto, alterar substancialmente a *Lei nº 6.404/1976* no que diz respeito aos seus grandes grupos de contas.

Uma das alterações de maior afinidade com esta pesquisa foi a "extinção" no Balanço Patrimonial do grupo de contas denominado Ativo Permanente. Assim, os itens que compunham esse grupo foram remanejados para o grupo recém-criado no Balanço Patrimonial denominado Ativo Não Circulante, que passou a ser composto pelos subgrupos Ativo Realizável a Longo Prazo (RLP), Investimentos, Imobilizado e Intangível.

No que se refere ao Intangível, devem ser classificados neste subgrupo os valores que estavam em outras contas do Ativo Permanente, em conformidade com a legislação anterior, bem como as novas transações que representem bens não monetários identificáveis, incorpóreos e sem substância física, tais como: luvas, marcas, patentes, direitos de concessão, direitos de exploração, direitos de franquia, direitos autorais, gastos com desenvolvimento de novos produtos, ágio pago por expectativa de resultado futuro (fundo de comércio ou *goodwill*).

Para ser registrado no Intangível, é necessário que o ativo, além de incorpóreo, seja separável, isto é, capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, ativo ou passivo relacionado; ou então resulte de direitos contratuais ou de

outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da entidade ou de outros direitos e obrigações. Se algum bem não atender às exigências necessárias de classificação como intangível, os gastos incorridos para sua aquisição devem ser classificados como despesa.

Para a Contabilidade, se não houver a certeza do retorno de benefício futuro, não há como mensurar corretamente o ativo intangível nos demonstrativos contábeis. Um ativo intangível deve ser reconhecido apenas se: (a) for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade; e (b) o custo do ativo possa ser mensurado com confiabilidade.

Os ativos intangíveis possuem alto grau de incerteza a respeito do valor dos benefícios futuros a serem recebidos pela entidade, esse argumento é válido para a maioria dos intangíveis, mas não se aplica, por exemplo, ao valor investido em uma educação superior, cuja recuperação de seu valor é consideravelmente menos incerta do que o valor investido em um equipamento especializado em um novo laboratório de pesquisa.

Nessa questão está a maior dificuldade do tratamento dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, pois mesmo que alguns itens tenham relevada importância na gestão empresarial e sejam capazes de produzir benefícios futuros, não se pode mensurar de maneira confiável os retornos financeiros que deles possam advir.

Os benefícios econômicos futuros gerados por ativo intangível podem incluir a receita da venda de produtos ou serviços, redução de custos ou outros benefícios resultantes do uso do ativo pela entidade. Por exemplo, o uso da propriedade intelectual em um processo de produção pode reduzir os custos de produção futuros em vez de aumentar as receitas futuras.

Apesar de as organizações estarem cada vez mais propensas a investir maciçamente em ativo intelectual para consolidar sua participação no mercado e acentuar, por conseguinte, a competitividade empresarial, a Contabilidade ainda não

acompanhou o avanço desses investimentos. Flamholtz & Main (1999) consideram que o desenvolvimento no campo contábil se atrasou, já que ainda se baseia em um “paradigma industrial”, no qual predominantemente apenas propriedades físicas e tangíveis e os recursos financeiros são passíveis de contabilização (apud PACHECO, 2005, p. 76)

Muitas empresas trabalham diretamente com os recursos intelectuais na produção de serviços e produtos, sendo que a base de seus recursos é, em grande escala, movida pelas suas capacidades intelectual e sistêmica. Levando-se em consideração essas condições, Dzinkowski (2000, p. 3) afirma que pelo fato de o Capital Intelectual ser mais abrangente que a visão tradicional de ativos tangíveis, o papel dos contabilistas poderá ser também o de aplicar suas habilidades para criar e integrar conhecimentos dentro de suas organizações, visando direcionar e controlar o processo de formação do Capital Intelectual, e avaliar, relatar e registrar os resultados desses processos em uma base contínua, atuando assim, de modo interdisciplinar.

Os modelos contábeis dependerão da capacidade de identificar e classificar os ativos baseados em conhecimento, em recursos humanos, em inovações e de como eles formam o Capital Intelectual. Essa identificação interna terá caráter avaliativo: a empresa identificará sua capacidade de utilizar o conhecimento, e, além disso, servirá também para efeitos comparativos: será possível comparar seus resultados com os resultados das empresas concorrentes. Entretanto, é de suma importância que sejam estabelecidos critérios isonômicos para identificação e contabilização desse Capital Intelectual, para o alcance de resultados justos.

Para que as empresas possam gerir suas atividades e reconhecer o valor de seus bens intangíveis, é necessário que ela faça a correta mensuração de seus ativos. Em virtude disso, cada vez mais é necessário que a mensuração do Capital Intelectual nas organizações seja implantada, mesmo que o investimento nesse ativo ainda seja considerado oculto e de difícil precisão para a Contabilidade. Em relação à mensuração

do CI, Martin (2004) destaca as seguintes vantagens: aumento do potencial informativo da Contabilidade; canalização correta dos recursos para investimentos em capital humano e capital estrutural; redimensionamento patrimonial da entidade (clareza e adequação); facilitar a escolha do investidor; determinar de que maneira uma melhor gestão do conhecimento ajudará a empresa a ganhar ou economizar dinheiro e ainda, evitar danos e injustiças que uma avaliação patrimonial incorreta traz, gerando lucros ou prejuízos indevidos. (*apud* RODRIGUES e SANTOS, 2012, p. 150)

A literatura apresenta diversos métodos de mensuração do Capital Intelectual nas organizações. Abaixo seguem alguns dos principais modelos de mensuração do CI:

- Navegador Skandia–Edvinsson & Malone

O Grupo Skandia representa o quarto maior grupo financeiro do mundo atuando na área de prestação de serviços financeiros de seguros e o maior da Escandinávia. É atuante em 23 países e tem como principal objetivo criar valor para seus acionistas por meio do foco em seus clientes, pela oferta de valor para seus acionistas, pela oferta de serviços inovativos, pelo aumento da produtividade e eficiência. (RODRIGUES e SANTOS, 2012, p. 153).

Foi a companhia pioneira em lançar um relatório complementar que fazia a mensuração de seu Capital Intelectual. Seus diretores Leif Edvinsson e Michael S. Malone publicaram uma obra chamada “Capital Intelectual”, que apresentava um modelo de indicador vinculando o Capital Intelectual com os resultados financeiros obtidos, cujo modelo recebe o nome de “Navegador Skandia”. A atuação de Edvinsson na organização iniciou-se com o trabalho sobre o Capital Humano, quando os líderes da empresa perceberam que havia uma série de ativos invisíveis que simplesmente não eram conhecidos pela bolsa de valores e quiseram encontrar uma forma de avaliar e revelar esse valor para o mercado (EDVINSSON e MALONE, 1998, p. 9).



Figura 3: Navegador Skandia

Fonte: EDVINSSON e MALONE, 1998, p. 60

O navegador não é composto por categorias de capital, mas por cinco áreas de foco, nas quais a organização deve direcionar sua atenção, já que são desses focos que advêm o valor de seu Capital Intelectual. A imagem sugere o formato de uma casa, propositalmente criada pela Skandia para representar a própria organização. O triângulo é o sótão, constituído pelo foco financeiro, onde a empresa tem a visão do passado, um *feedback* que serve para posteriores avaliações. Dentro da “casa” está o presente da empresa, composto pelo foco no cliente e foco no processo. A base do retângulo é voltada para o futuro, composta pelo foco na renovação e desenvolvimento, onde é o alicerce da “casa”: representam as oportunidades que irão definir o futuro próximo da empresa em função da realidade atual. O último foco se encontra na parte central da “casa”, o foco humano, que dá suporte aos demais focos, pois é o coração, a inteligência e a alma da organização, sendo a única força ativa da mesma. (EDVINSSON e MALONE, 1998, p. 134).

O modelo Skandia considerou vários índices para a medição e o cálculo do Capital Intelectual, embora possam ser adicionados outros índices para uma análise individual da situação da empresa. Assim, chegou-se a seguinte fórmula:

$$\text{Capital Intelectual Organizacional} = iC$$

Onde C = Valor monetário do capital intelectual e i = Coeficiente de Eficiência

Quadro 1: Fórmula para cálculo do Capital Intelectual

Fonte: Adaptado LIMA, 2010.

O C é obtido de uma relação que contém os indicadores mais representativos de cada área de foco, avaliado monetariamente, excluindo os que pertencem propriamente ao Balanço Patrimonial. O Índice de Eficiência do Capital Intelectual é obtido por meio dos indicadores mais representativos de cada área de foco expressos em porcentagens, quocientes e índices. Para Antunes (2000, p. 200), o modelo produzido pelo Grupo Skandia é o mais completo e único que se tem conhecimento, divulgado na forma de Relatório Suplementar às Demonstrações Financeiras.

- Modelo Stewart

Stewart (2002, p. 31) defende que o Capital Intelectual deve analisar o desempenho da empresa sob inúmeros aspectos. Para tanto, sugere um gráfico circular, cortado por várias linhas, em forma de uma tela de radar. Este gráfico tem a vantagem de poder agrupar diversas medidas diferentes (por exemplo: razão, %, valores absolutos, etc.) num mesmo quadro. O autor utiliza uma medida geral (razão valor de mercado/valor contábil) e indicadores para cada um dos elementos que compõem o Capital Intelectual: humano, estrutural e cliente.

Elucidando o Navegador do Capital Intelectual, tem-se a figura a seguir, onde a área do interior do polígono representa a situação atual, a realidade da organização, enquanto a área externa indica a situação desejada, os objetivos, ou seja, alcançar a extremidade do círculo seria o mais desejável.

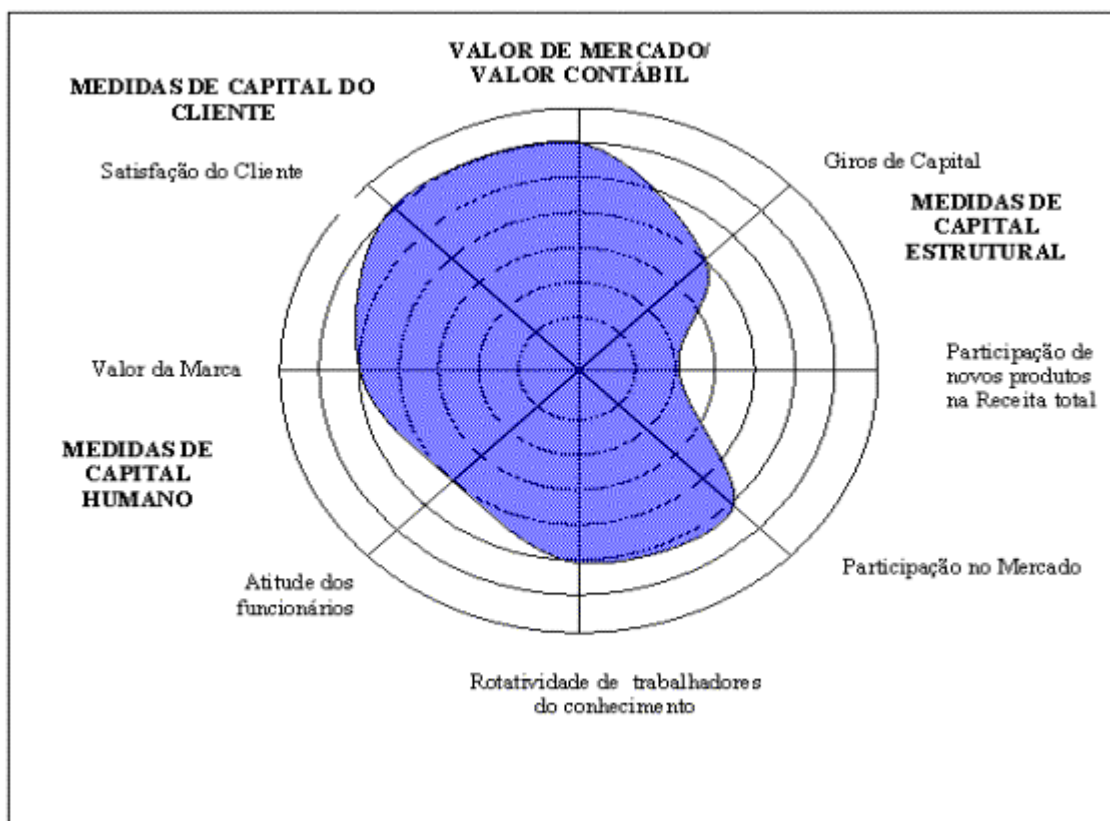


Figura 4: Modelo de Stewart

Fonte: STEWART, 1998.

O gráfico radar começa com um ponto, dentro de um círculo que irradia linhas. Estas linhas constituem-se em escalas ordinais dos indicadores que formam o Capital Intelectual. Como são escalas ordinais, estas podem apresentar indicadores numéricos (percentuais, valores absolutos, razões, etc.) ou qualitativos (palavras, expressões

semânticas, etc.). As metas a serem atingidas pela organização, em cada uma das escalas, apresentam-se posicionadas sobre o círculo. O desempenho é marcado em cada escala. Assim, a junção destes pontos forma, no interior do gráfico, um polígono. Este polígono mostra o desempenho atual do Capital Intelectual, enquanto que a parte externa do gráfico indica onde a organização deverá investir esforços para alcançar as metas. (STEWART, 1998, p. 219).

- “Q” de Tobin

Segundo Mayo (2001), o “Q” de Tobin é uma técnica desenvolvida inicialmente pelo economista James Tobin como um método para antecipar o comportamento dos investimentos realizados pela entidade. Ela representa a relação entre o valor de mercado de uma empresa (preço da ação multiplicado pelo número de ações), tipicamente mensurado com o propósito de identificar a verdadeira possibilidade de capitalização da empresa, e o valor de reposição de seus ativos físicos, incluindo os equipamentos, as máquinas, os edifícios e demais ativos relacionados com o processo de produção e de administração. Assim, essa técnica representa a razão entre dois valores atribuídos ao mesmo conjunto de ativos, ou seja, relaciona-se com a definição de valor de reposição dos ativos em lugar de seu valor contábil.

O “q” é a razão entre dois números: x / y

- Se “q” for 1 ou o mais próximo possível de 1, há sinal de expansão.
- Se “q” for < 1 , a empresa deve proceder a uma desmobilização*.

Quadro 2: Técnica “Q” de Tobin

Fonte: Adaptado MAYO, 2001.

* Desmobilização: desfazer-se do imobilizado; venda de ativos.

Embora o método “q” de Tobin seja ilustrado por vários autores, Flamholtz & Main (1999, p. 350) consideram que ele apresenta baixa precisão se aplicado nas empresas modernas. Para esses autores, esse método foi derivado a partir de estudos em organizações da era industrial, empresas clássicas, que contam com ativos físicos: equipamentos, estoques e edificações como ativos econômicos centrais. Nas organizações modernas, que utilizam primariamente o conhecimento técnico-científico ou tecnológico de ponta, os resultados não condizem com a situação real do mercado, ou seja, há considerável discrepância de valores reais e valores obtidos.

3 METODOLOGIA

Gil (2009) comenta que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em materiais já elaborados, especialmente de livros e artigos científicos. O autor argumenta que a principal vantagem desse tipo de pesquisa reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama maior de fenômenos do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Contudo, ele alerta que muitas vezes as fontes secundárias podem apresentar dados coletados ou processados de forma equivocada. Assim, um trabalho fundamentado nessas fontes tenderá a reproduzir ou mesmo a ampliar esses erros.

Foram utilizados, para a coleta de dados, estudos em diversas pesquisas científicas procedentes de teorias de conclusão de curso, teses de mestrados, artigos, dentre outras publicações acadêmicas, além dos livros de diversos autores, com o objetivo de esclarecer o problema apresentado inicialmente. Outras fontes secundárias foram utilizadas para fornecer dados que dessem suporte ao desenvolvimento do

trabalho, como revistas da área contábil, administrativa e econômica, além de visitas em sites eletrônicos.

4 ANÁLISE DA PESQUISA: O VALOR ESTRATÉGICO DO CAPITAL INTELECTUAL

Na concepção de Stewart (1998) o conhecimento se valoriza porque é abundante, e não porque é escasso. Existe muito conhecimento no mercado, e essa é a diferença mais importante entre o conhecimento e outros recursos econômicos. O talento pode estar escasso, mas não o conhecimento: a humanidade sabe mais do que nunca.

Para Martins (2015, p. 13) nem todos os recursos de uma empresa têm o potencial de gerar vantagens competitivas sustentáveis. Para ter esse potencial o recurso deve possuir quatro atributos, reveladores do seu potencial para a criação de vantagens competitivas: deve ser **valioso**, no sentido de permitir explorar as oportunidades e / ou neutralizar as ameaças do meio envolvente da organização; deve ser **raro**, tanto entre concorrência atual, como entre os potenciais concorrentes futuros de uma organização; deve ser de **difícil imitabilidade**, ou seja, difícil de ser copiado ou imitado por outras empresas; e, por último, **não existirem recursos substitutos** ou estrategicamente **equivalentes** (apud, BARNEY, 1991).

Em suma, os recursos que reúnam as características de serem valiosos, únicos e difíceis de imitar e que permitam à organização explorar oportunidades de mercado e / ou neutralizar potenciais ameaças são uma potencial base para a criação de vantagens competitivas (HITT *et al.*, 2001).

Ainda, segundo Martins (2015, p. 15), para que o Capital Humano, presente numa empresa, constitua um recurso estratégico para a criação de valor é necessário que o desenvolvimento deste seja realizado com base nas necessidades específicas da

empresa para o prosseguimento da sua estratégia, permitindo, assim, um alinhamento entre as competências existentes na empresa e aquelas que são exigidas para prossecução desta.

A figura abaixo ilustra os componentes que levam à formação do valor do Capital Intelectual. A criação do valor do CI se dá pelo aproveitamento do conhecimento já existente em consonância com o potencial da empresa em adquirir mais conhecimento. O equilíbrio do trabalho sistemático desses fatores juntamente com a gestão adequada do Capital Intelectual permite à entidade consolidar e potencializar o valor de seu ativo intelectual.



Figura 5: Valor do Capital Intelectual

Fonte: Autoria própria,2017.

Nunes (2013) retrata em seu trabalho de mestrado considerações sobre a valorização da ambição pessoal. No cume da evolução do foco estratégico encontra-se a competição pelos talentos e os sonhos onde o Capital Intelectual e mais concretamente, as pessoas, são o recurso estratégico mais relevante. Neste sentido, o

desenvolvimento do Capital Humano potenciando assim o Capital Intelectual é a chave para a construção da vantagem competitiva das organizações nos dias de hoje.

Quando se trata do trabalho criativo, não existe correlação significativa entre o insumo do conhecimento e o produto do conhecimento: o valor do Capital Intelectual não está necessariamente relacionado ao custo de sua aquisição. Os bens tangíveis são mais previsíveis, entretanto, os investimentos nesses bens são maiores. É mais viável economicamente investir em novas técnicas para manuseio de máquinas, ou para aproveitamento do espaço físico do que investir em máquinas novas ou aquisição de novas estruturas. É exatamente nesse âmbito que o Capital Intelectual é único e diferenciado para a organização. Quando a organização investe em técnicas, em aquisição de conhecimento e no aperfeiçoamento de seu Capital Intelectual, ela reduz os custos com ativos tangíveis, que são consideravelmente mais caros.

A organização pode até possuir os mesmos bens tangíveis de seus concorrentes, entretanto, quando ela adota um novo conhecimento para trabalhar com esses bens, essa atitude traz a exclusividade operacional para a entidade. A utilização estratégica do Capital Intelectual na execução de suas atividades possibilita o ineditismo empresarial, e com isso há a criação de uma grande vantagem competitiva para a organização. Por conseguinte, a procura do mercado por seus serviços únicos levará a empresa a expandir suas vendas e alavancar seus resultados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa acerca do investimento em Capital Intelectual como ferramenta competitiva apresentou grande importância para corroborar o valor do Capital Intelectual nas organizações. Em um mercado saturado por empresas que atuam no

mesmo setor ou que produzem o mesmo produto, o diferencial seria o investimento em mecanismos diferentes para o fortalecimento competitivo das organizações.

O investimento em conhecimento passou, historicamente, a substituir o investimento em bens tangíveis, transformando, dessa maneira, a estratégia dos gestores: passou-se a investir-se mais em técnicas novas, em capacitação humana e na construção de uma boa reputação da organização no mercado para fomentar a lucratividade organizacional. Nesse contexto, o Capital Intelectual é a ferramenta utilizada para transformar e valorizar o modo operante da organização a partir dos bens que a empresa já possui, reduzindo, por consequência, gastos desnecessários.

A presente pesquisa foi de suma importância para que se fosse constatada a relevância do Capital Intelectual nas organizações. Diante de diversos posicionamentos literários, Thomas Stewart, por ser pioneiro nessa temática, foi o autor mais contributivo para este trabalho, pois sua abordagem sobre o tema é mais específica, prática e objetiva, facilitando o entendimento da participação desse ativo nas entidades. Não obstante, a vasta literatura pesquisada, influenciada pelo pioneirismo de Stewart, corrobora o investimento no Patrimônio Intelectual, na contemporaneidade, como facilitador e fortalecedor da competitividade empresarial. Muito embora a Contabilidade ainda não considere um método oficial para mensuração dos ativos intelectuais da organização, a perspectiva é de que, tendo em vista o grande valor desse ativo, a própria globalização da economia seja responsável por pressioná-la a tornar o Capital Intelectual parte integrante das demonstrações contábeis.

Em observância aos objetivos dessa pesquisa, foi possível identificar com clareza o conceito de Capital Intelectual e o papel desse ativo nas organizações. Mesmo que o atraso da Contabilidade em reconhecer os investimentos em Capital Intelectual seja real e possa intimidar os gestores e profissionais da área contábil, pode-se concluir que a vantagem da adoção dos investimentos em Patrimônio Intelectual é

superior a essas limitações, uma vez que o maior favorecimento recai à própria organização.

Portanto, a pesquisa foi elucidativa, pois esclareceu a importância do investimento em Capital Intelectual e o definiu como diferencial para as organizações modernas. Além disso, o estudo de diversas correntes teóricas permitiu que o conceito de Capital Intelectual fosse explorado e discutido de maneira clara e explicativa, favorecendo o entendimento dessa nova ferramenta competitiva.

Por fim, o Capital Intelectual é um investimento extremamente vantajoso, sua influência é notória e as consequências para a organização são consideravelmente positivas. Os novos rumos da atual economia permitem classificar o investimento em Capital Intelectual como satisfatório e a valorizar as empresas que investem nesse ativo, ou seja, o Capital Intelectual será a aposta assertiva contemporânea das empresas.

Essa pesquisa, entretanto, devido ao próprio ineditismo temático, demanda estudos mais aprofundados, para estimular o debate e ampliar as possibilidades de discussão e amplitude sobre a relevância do capital intelectual para as organizações, contribuindo, desse modo, para uma futura e dinâmica sistematização na Ciência Contábil.

INTELLECTUAL CAPITAL: in promoting the competitiveness of modern organizations

ABSTRACT

The investment in Intellectual Capital has become a competitive organizational facilitator, thus influencing the positive results of the organization. In this way, the general objective of this research is to analyze the relevance of intellectual property as a differential for the consolidation of the company's performance in the market, defining concepts, benefits and strategies for better use of this tool, besides emphasizing the accounting of Intellectual Capital and alternatives more feasible to incorporate this asset in the accounting reports. The main problem of the work is the delineation of the importance of Intellectual Capital in the promotion of the competitiveness of organizations, addressing ways in which the investment in this asset can positively impact the results of modern organizations. The methodology used was the bibliographical research carried out through the survey of several sources and authors, in order to allow the deepening of the study of the investment in Intellectual Capital in the promotion of organizational competitiveness. It was verified that it will be an assertive bet of the companies to invest in intellectual assets with positive consequences for the organizations.

KEYWORDS: INTELLECTUAL CAPITAL. COMPETITIVENESS. MODERN ORGANIZATIONS.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Maria Thereza Pompa. **Capital intelectual**. São Paulo: Atlas, 2000.

BARNEY, J. B. Firm resources and sustained competitive advantage. **Journal of Management**, v. 7, n. 1, p. 99-120, 1991.

BRASIL. **Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília-DF, 27 de dez. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm> acesso em 11 fev 2017.

_____. **Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009**. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que especifica, institui regime tributário de transição, e dá outras providências. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-10/2009/Lei/L11941.htm#art37> acesso em: 11 fev 2017.

DZINKOWSKI, R. **The measurement and management of intellectual capital: an introduction**. Management Accounting, v. 78, n. 2, p. 32-36, 2000.

EDVINSSON, Leif, MALONE, Michel S. **Capital intelectual**. Tradução de Roberto Galma; revisão técnica de Petros Katalifós. São Paulo: Makron Books, 1998.

FLAMHOLTZ, Eric G., MAIN, Erica D. **Human resource accounting: advances in concepts, methods and applications**. 3. ed., Los Angeles: Academic Publishers, jun. 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.



HITT, Michael A. *et al.* **Administração Estratégica: competitividade e globalização.** Tradução: José Carlos Barbosa dos Santos e Luiz Antonio Pedroso Rafael. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

LAGIOIA, Umbelina Cravo Teixeira. **Pronunciamentos contábeis na prática.** . São Paulo. Editora Atlas, 2011.

LIMA, Eder Souza de. **A mensuração do Capital Intelectual.** Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/27246/000763376.%20pdf?sequence=1>> acesso em 24 fev 2017.

MACHADO, Elizandra. **Modelo de análise da influência do capital intelectual no sucesso de startups incubadas.** Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Florianópolis, 2014.

MARTINS, Catarina Isabel Rodrigues et al. **O capital humano como recurso estratégico para a criação de valor.** 2015. Dissertação de Mestrado. FEUC.

MAYO, Andrew. **O valor humano da empresa: valorização das pessoas como ativos.** 3. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2001.

NONAKA, Ikujiro e TAKEUCHI, Hirotaka. **Criação do Conhecimento na Empresa: como as empresas geram a dinâmica da inovação.** Rio de Janeiro: Campus, 1997.

NUNES, André Gomes Ferreira dos Santos. **Capital intelectual e a vantagem competitiva.** Trabalho Final de Mestrado em Ciências Empresariais. Lisboa. 2013.

PAIVA, Simone Bastos. O capital intelectual e a contabilidade: o grande desafio no alvorecer do 3º milênio. **Revista Brasileira de Contabilidade.** Brasília – DF: ano 28, nº 117, p.76-82, mai/jun.1999.



PACHECO, Vicente. **Mensuração e divulgação do capital intelectual nas demonstrações contábeis:** teoria e empiria. Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2005.

RODRIGUES, Carla Nunes; SANTOS, Fernando Almeida. Capital Intelectual: os principais métodos para mensuração e a sua aplicabilidade. **Revista Eniac Pesquisa**, v. 1, n. 2, p. 144-164, 2012.

STEWART, Thomas A. **Capital intelectual:** a nova vantagem competitiva das empresas. Rio de Janeiro: 11. ed. Campus, 1998.

STEWART, Thomas A. **A riqueza do conhecimento:** o capital intelectual e a organização do século XXI. Rio de Janeiro: Campus, 2002.